

RESOLUÇÃO CIB Nº 093/2024 AD REFERENDUM DE 14 NOVEMBRO DE 2024.

Dispõe sobre solicitação de incremento de recurso de custeio extra MAC no valor de R\$ 9.800.000,00 (nove milhões e oitocentos mil reais) para o município de Nhamundá/AM, para dar continuidade aos serviços em saúde pública.

A COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DO ESTADO DO AMAZONAS - CIB/AM, no uso de suas atribuições e competências regimentais e;

Considerando a Lei Nº 8.080/90, dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei Nº 8.142/90, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Portaria GM/MS Nº 3.160 de fevereiro de 2024, que altera a Portaria de Consolidação GM/MS Nº 6, de 28 de setembro de 2017, em seu artigo 8º, regulamenta o incremento de que trata o Inciso II – Recurso de Custeio destinados aos entes subnacionais para resposta às emergências em saúde pública no âmbito da Atenção Primária à Saúde, da Atenção Especializada à Saúde e da Vigilância em Saúde do SUS;

Considerando que o Município de Nhamundá pertence a Macrorregião Leste, está localizado na região do Baixo Amazonas, limitando com os municípios de Parintins e Uruará, no Amazonas, com o estado de Roraima e com os municípios de Oriximiná, Faro e Terra Santa, no estado do Pará, justifica-se a necessidade de direcionar recursos para a efetivação de ações e serviços à população do município, incluindo financiamento emergencial com prioridade para custeio de serviços para a Assistência Ambulatorial e Hospitalar na Média e Alta Complexidade;

Considerando o incremento do recurso extra a ser incorporado temporariamente ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Município do município de Nhamundá, se faz fundamental para a gestão da assistência e cuidado da população daquela região;

Considerando o Plano de Trabalho elaborado pelo ente municipal para o enfrentamento de Emergência em Saúde Pública (estiagem), visando complementar as despesas públicas emergencial para o funcionamento dos estabelecimentos de saúde da rede, como a aquisição de materiais e insumos, medicamentos e PPS, para atendimento na Atenção Primária, Especializada e Vigilância em Saúde, objetivando a melhoria dos atendimentos e fortalecendo a implementação das ações em saúde promovendo a "promoção, proteção e recuperação", conforme diretrizes da Lei 8.080 de 19 setembro de 1990;

Considerando o Parecer Técnico favorável da Sra. Rita Cristiane dos Santos Almeida - Secretária Executiva Adjunta de Regionalização, tendo em vista que se justifica o uso do recurso extra para as despesas de saúde na Média e Alta Complexidade, e ainda, os informativos das consultorias orçamentárias junto ao Ministério da Saúde, que subsidiam projetos em caráter extraordinário com objetivo de qualificar e ampliar a assistência à população compreendendo a responsabilidade sanitária do gestor municipal;

Considerando o Processo nº 01.01.017101 .044125/2024-44, que dispõe sobre solicitação de incremento de recurso MAC no valor de R\$ 9.800.000,00 (nove milhões e oitocentos mil reais) para o município de Nhamundá/AM, para dar continuidade aos serviços em saúde pública;

RESOLVE:

APROVAR A RESOLUÇÃO AD REFERENDUM, autorizado pela coordenadora da CIB/AM, Senhora Nayara de Oliveira Maksoud, para o recebimento do incremento de recurso de custeio extra MAC no valor de R\$ 9.800.000,00 (nove milhões e oitocentos mil reais) para o município de Nhamundá/AM, para dar continuidade aos serviços em saúde pública, de acordo com o Plano de Trabalho anexo.

A Coordenadora da CIB/AM e a Presidente do COSEMS/AM estão de comum acordo com a presente Resolução.

Esta Resolução será publicada no Diário Oficial do Estado do Amazonas sem seus anexos, os quais poderão ser consultados no site www.saude.am.gov.br/cib/index.php.

Maria Adriana Moreira
Presidente do
COSEMS/AM

Nayara de Oliveira Maksoud
Coordenadora da CIB/AM

HOMOLOGO as decisões contidas na Resolução CIB/AM Nº 093/2024 AD REFERENDUM, datada de 14 de novembro de 2024, nos termos do Decreto de 19 de março de 2024.

NAYARA DE OLIVEIRA MAKSOUD
Secretária de Estado de Saúde

**PLANO DE AÇÃO PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA
EM SAÚDE PÚBLICA EM ATENDIMENTO A PORTARIA 3.160
DE 09 DE
FEVEREIRO DE 2024
NHAMUNDA-AM**



Plano de Ação Estadual/Municipal

Plano de Ação de Enfrentamento à Emergência em Saúde Pública, com a descrição das ações de saúde a serem realizadas com o aporte financeiro emergencial, conforme previsto na Portaria GM/MS nº 3.160, de 09 de fevereiro de 2024 e sua retificação no DOU nº 93-C, publicado no dia 15.05.2024, seção 1, extra, pág. 1.

1. Contextualização:

O município de Nhamunda enfrenta graves impactos decorrentes de (especificar a emergência: seca, queimada, arboviroses, etc). Diante desse cenário crítico, foi decretado (Calaminade ou emergência observado § 1º, incisos I e II do Art. 8º-A da Portaria 3.160, conforme o caso), reconhecido por meio do Decreto Nº 604/2024.

Em função disso, foi solicitado, por meio do Ofício Nº 051/2024-GPMN , recurso emergencial /para apoiar no desenvolvimento das ações de saúde, sendo atendido por meio da Portaria Nº 3.160, de 09 de fevereiro 2024.

Em consonância ao disposto no Art 8 B da referida portaria, apresenta-se o Plano de Ação de Enfrentamento à Emergência em Saúde Pública, do município de Nhamundá-AM, contemplando:

- Apresentação da condição de saúde local, considerando a situação epidemiológica, necessidade de atendimento à população e a sobrecarga da rede assistencial;
- Informações sobre a capacidade instalada da Rede de Atenção e o aumento das ações e serviços públicos de saúde (ASPS);
- Descrição das ações de saúde a serem realizadas, de forma detalhada e com os respectivos valores estimados, nos eixos da Atenção Primária, da Atenção Especializada, da Vigilância em Saúde e da Assistência Farmacêutica em virtude da situação, para enfrentar a emergência de saúde pública;



1. Descrição das condições de saúde local.

A forte seca e estiagem que ocorreu no Amazonas no ano de 2023, evidenciou-se os efeitos causados por desastres naturais e ratificou o quão o município não está preparado para o enfrentamento dessas situações. A seca do Rio Nhamundá neste ano vem atingindo níveis históricos, causando impactos na economia, no deslocamento, no ecossistema, na poluição do ar ocasionada por queimadas e principalmente na saúde da população. Os efeitos se fazem presente na dificuldade de acesso à alimentação básica, dificuldade de acesso a água potável, isolamento em função das enormes distâncias e os vários insumos necessários para a sobrevivência e o bem-estar da população Nhamudaense.

A seca e estiagem favorecem o aparecimento de doenças relacionada a falta água potável. Nesse período o município tem uma grande demanda de pacientes com doenças gastrointestinais agudas, que causam náusea, vômito e dores abdominais. Além disso, temos também as viroses que vem causando quadros de diarreias graves, como os rotavírus, cólera e hepatites e várias outras doenças que podem causar diarreias. Outro grande problema que o município vem enfrentando e com a desidratação, parasitoses e doenças infecciosas. A escassez hídrica, compromete a higiene, limpeza dos alimentos e o saneamento causando dificuldades para controlar várias doenças como infecções de pele, doenças de transmissão hídricas, doenças infecciosas dentre outras.

O município vem sofrendo com pacientes com quadro de desnutrição, o isolamento e o grandes distâncias tem grande impactos na logística, no acesso as comunidades ribeirinhas comprometendo o envio de insumos, outro fator que agrava a situação da escassez de água e o aumento das temperaturas dos rios, lagos e igarapés causando mortes de peixes comprometendo a qualidade da água e alimentação das comunidades isoladas. Por conta disso, o município vem sofrendo um aumento nos casos de desnutrição, isso nos deixa em alerta para possíveis eventos como desnutrição aguda e suas complicações como anemia, baixo desenvolvimento intelectual e físico e deficiência no sistema imunológico.

O isolamento das comunidades e localidades ribeirinhas isoladas enfrentam um grande problema no acesso aos serviços de saúde, uma vez que seu principal meio de transporte é por meio fluvial e neste período de seca esses indivíduos possui grandes dificuldades de navegabilidade, com isso, acrescenta os problemas de saúde já existentes nessa população, como diabetes e hipertensão, precisando assim de ações de promoção, prevenção e cuidados do sistema de saúde local.



Outro agravo que compromete a saúde da população nhamudaense são os aumentos das queimadas devido o verão amazônico. Isso está tendo consequência no aumento nos atendimentos das doenças respiratórias como sinusite, renite, pneumonia, bronquite, irritação dos olhos e garganta, infecções do sistema respiratório, tosse, falta de ar e nariz entupido. Outros agravos causados pela fumaça das queimadas são sentidos pelos pacientes com comodidades crônicas como hipertensão, asma ou doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC), uma vez que a fumaça das queimadas é tóxica.

Com o aumento das distâncias em função da seca extrema do rio Nhamunda, as comunidades e as localidades ribeirinhas estão com grande dificuldade de ter acesso aos serviços de saúde que estão localizados no município. Por esse motivo torna-se necessário a adoção de estratégias que busquem reduzir os efeitos da seca e estiagem aos cidadãos do Município de Nhamundá, valorizando o acesso a água potável, alimentação saudável e principalmente o acesso aos serviços de saúde e vigilância em saúde. A situação que o município de Nhamundá-AM, vem passando por conta da seca e estiagem também tem impacto na saúde mental dos indivíduos nhamudaense, isso é evidenciado pelo aumento nos casos de atendimento por motivo de estresse, depressão e ansiedade. Isso vem ocorrendo por dificuldades enfrentadas principalmente por fatores socioeconômicos, muito produtor tem dificuldade nos escoamentos de seus produtos, perdas de plantações em decorrência de queimadas, e a dificuldade de acesso a água potável e outros insumos, vale ressaltar que as unidades de saúde estão tendo uma superlotação por conta dessa grande demanda e se encontra à beira de um colapso nos atendimentos.

1. APRESENTAÇÃO DA CONDIÇÃO DE SAÚDE LOCAL

1.1 Situação epidemiológica

A vigilância epidemiológica no Município de Nhamundá vem atuando com ênfase nos principais problemas de saúde pública, passando por uma transição em seu sistema interno de trabalho e melhorando as informações para subsidiar as ações de saúde coletiva.

Em 2024, o Município de Nhamundá enfrentou desafios nas doenças infectocontagiosas com aumento significativo e ocasionalmente impactando a saúde pública. As principais doenças e agravos acompanhadas são: **Acidente por animal peçonhento, Acidente por animal potencialmente transmissor da raiva, Covid-19, HIV/AIDS - Infecção pelo Vírus da Imunodeficiência Humana ou Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, Doença diarreica aguda grave (DDA), Leishmaniose Tegumentar Americana, Malária na região amazônica, Óbito: a. Infantil b. Materno, Sífilis, Tuberculose, Violência doméstica e/ou outras violências. Assim, também como taxa de natalidade e mortalidade, acompanhada através das DN'S e DO'S informadas no sistema de informação sobre mortalidade (SIM) e sistema de informação sobre Nascido Vivo (SINASC)**

Atualmente, o município enfrenta o período de estiagem, o Poder Executivo Municipal através do decreto N° 604/2024 DECLARA SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA, COMO EMERGÊNCIA NA SAÚDE PÚBLICA, GERADA PELA SITUAÇÃO DE DESASTRE ESTIAGEM – COBRADE 1.4.1.1.0, E AS CONSEQUÊNCIAS À SAÚDE DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NHAMUNDÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, CONFORME IN/MDR

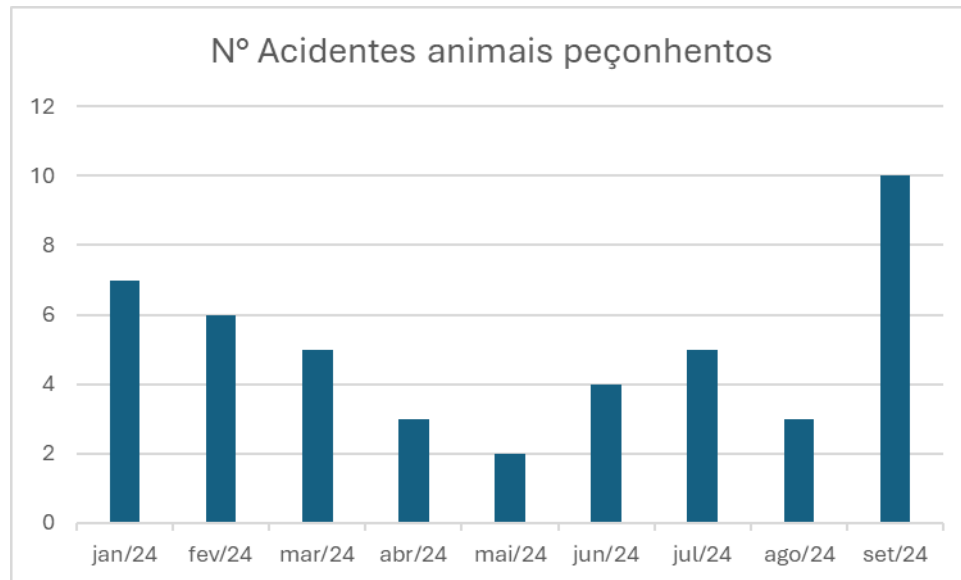


A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<https://edoc.amazonas.am.gov.br/F0CB.1465.6A6B.6A8C/4450C0F8>
Código verificador: **F0CB.1465.6A6B.6A8C** CRC: **4450C0F8**

260/2020, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2022. Desta forma, o nível do rio impacta no aumento de doenças por veiculação hídrica.

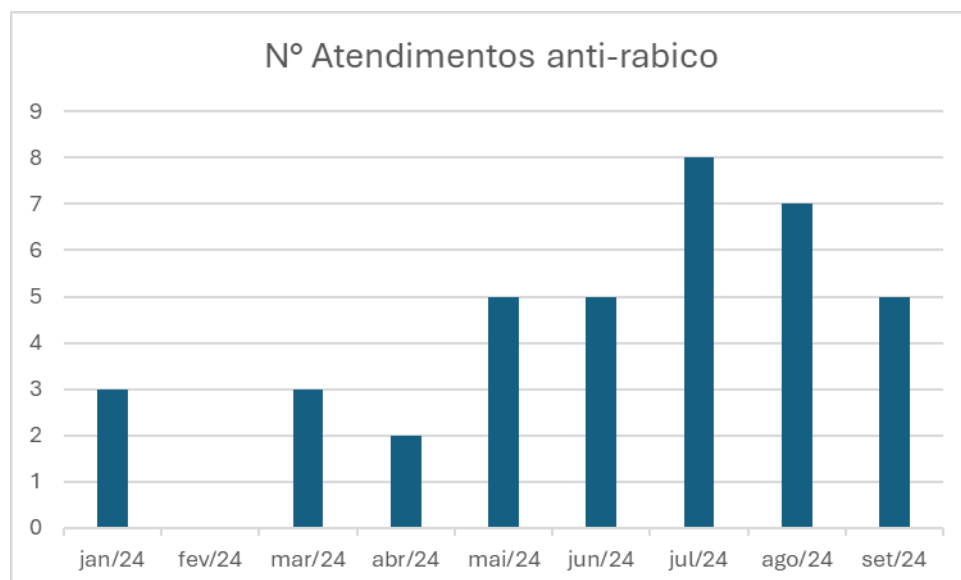
A seguir, os gráficos/tabelas de acompanhamentos dos agravos e doenças:

Gráfico 1. **Acidente por animal peçonhento**



Fonte: SINAN

Gráfico 2. **Acidente por animal potencialmente transmissor da raiva**



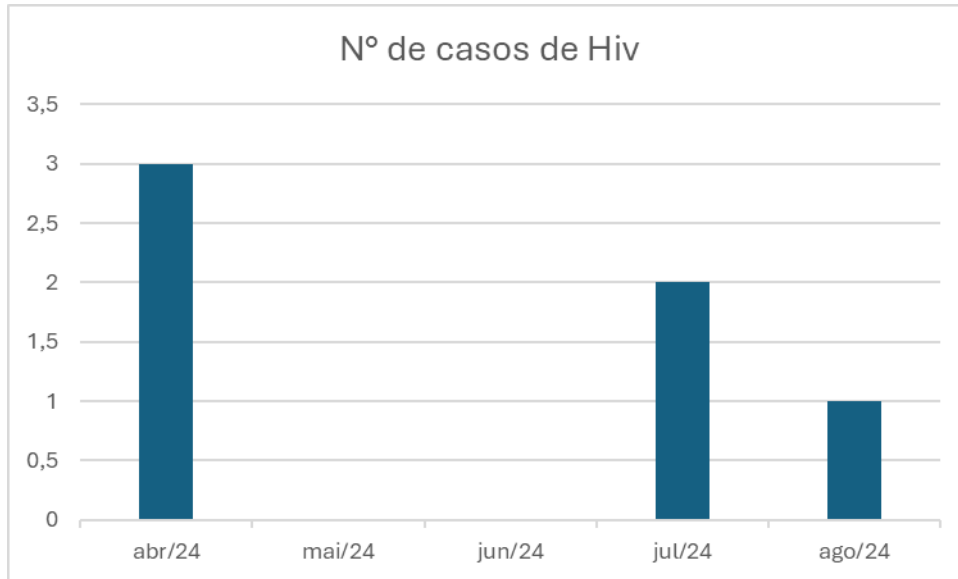
Fonte: SINAN

Gráfico 3. **Covid-19**
SEM NOTIFICAÇÃO DE CASOS

Gráfico 4. **HIV/AIDS - Infecção pelo Vírus da Imunodeficiência Humana ou Síndrome da Imunodeficiência Adquirida**

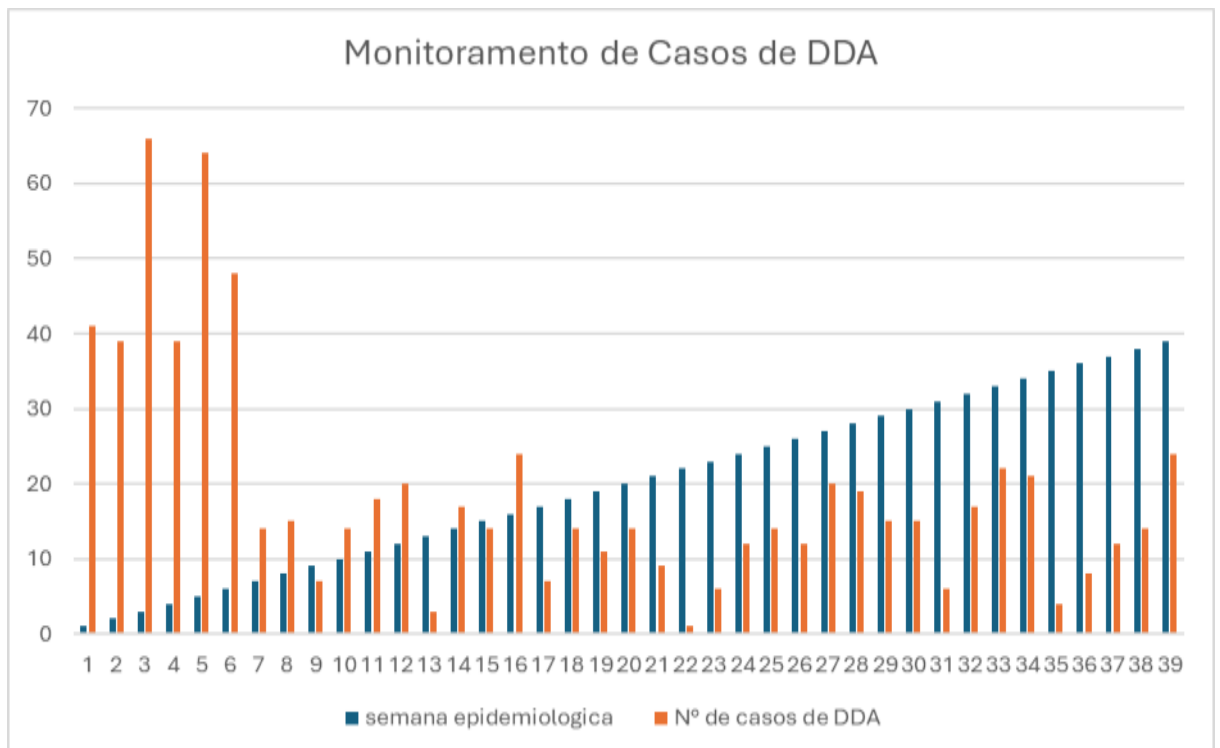


A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<https://edoc.amazonas.am.gov.br/F0CB.1465.6A6B.6A8C/4450C0F8>
Código verificador: **F0CB.1465.6A6B.6A8C** CRC: **4450C0F8**



Fonte: SINAN

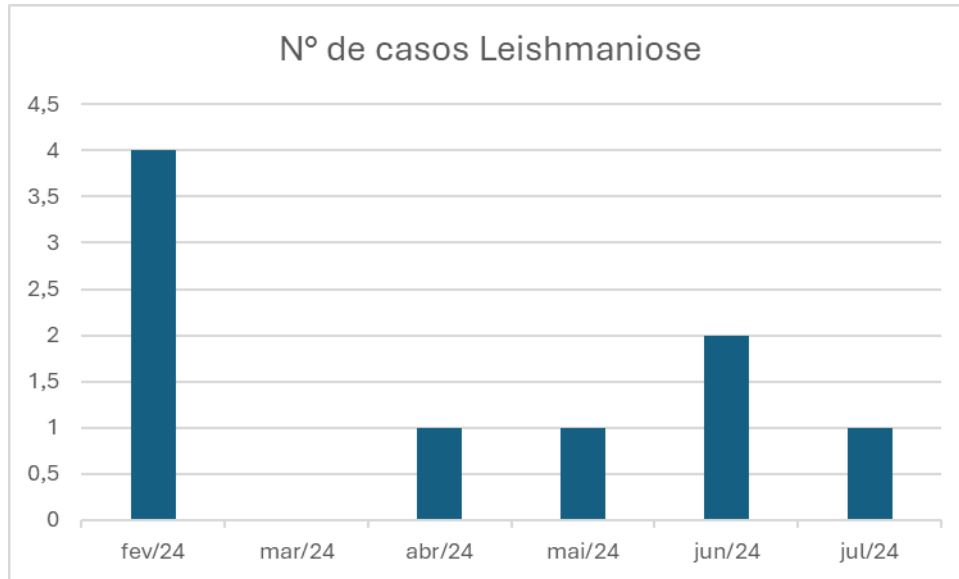
Gráfico 5. Doença diarreica aguda grave (DDA)



Fonte: Vigilância epidemiológica Nhamundá

Gráfico 6. Leishmaniose Tegumentar Americana





Fonte: SINAN

Gráfico 7. Malária na região amazônica

Resumo Epidemiológico																					
Malária																					
Origem dos dados: Por Local de Notificação																		02/10/2024		10:05	
UF: AM MUNICÍPIO: NHAMUNDA Período: 01/01/2024 a 02/10/2024																					
População: Não Informada																					
Mês	Exame				Positivo				Total				Autóctone	Importado de outro Município da UF	Importado de outra UF/País	LVC				Não F	
	Deteção Passiva	Deteção Ativa	Deteção Passiva	Deteção Ativa	Exame Positivo	Exame Teste Rápido	Exame Teste Rápido	Exame Teste Rápido	Exame Positivo	Exame Teste Rápido	Exame Teste Rápido	Exame Teste Rápido				Exame Teste Rápido	PLP	%F	V		F
JAN	6	9	0	0	15	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
FEV	3	12	0	0	15	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
MAR	5	16	0	0	21	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
ABR	28	16	0	0	42	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
MAI	1	27	0	0	28	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
JUN	2	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
JUL	2	5	0	0	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
AGO	10	0	0	0	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
SET	1	1	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
OUT	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
TOTAL	56	86	0	0	142	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	

Fonte: SIVEP - Malária
Quantificações base a informação.

Fonte: sivep malária

Gráfico 9. Óbito: a. Infantil b. Materno

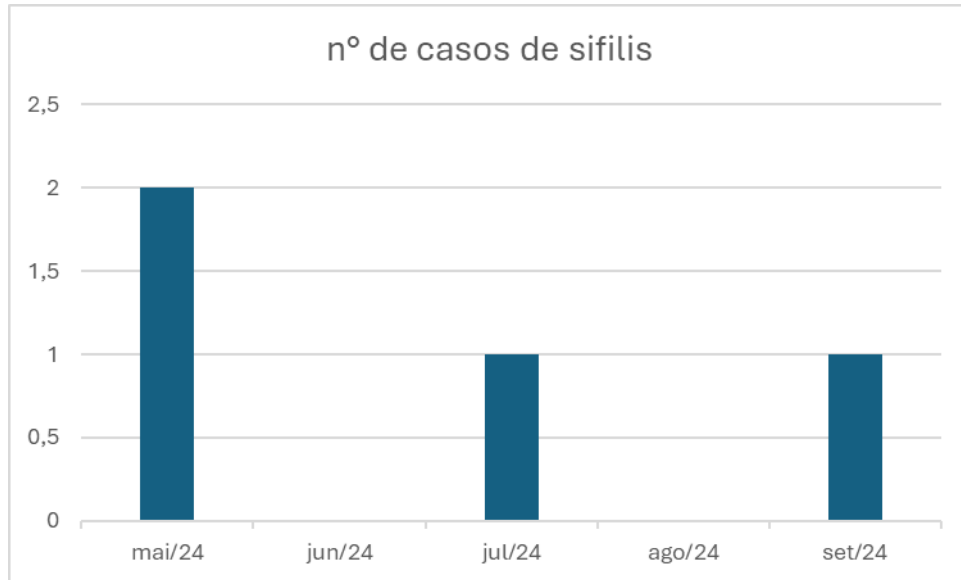
ÓBITO INFANTIL 2024		
ÓBITO	IDADE	PESO
26/06/2024	Fetal	5.005
17/08/2024	Fetal	1,504
18/02/2024	01H	3.650
02/08/2024	01H	2.406
02/07/2024	03 dias	3.845
31/05/2024	01 mês	2.665
12/01/2024	04 meses	1.982
29/05		



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://edoc.amazonas.am.gov.br/F0CB.1465.6A6B.6A8C/4450C0F8>
Código verificador: **F0CB.1465.6A6B.6A8C** CRC: **4450C0F8**

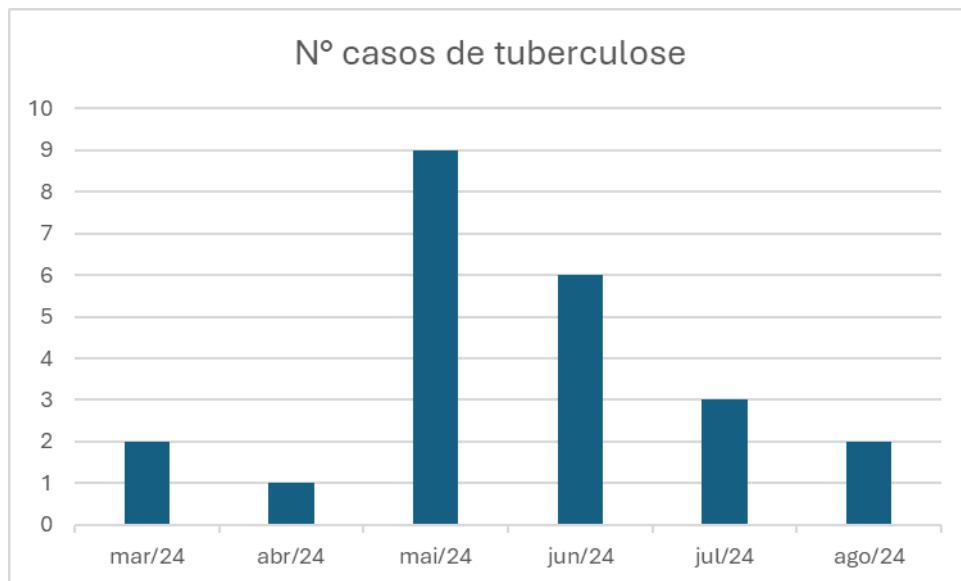
FONTE: SIM

Gráfico 10. **Sífilis**



Fonte: SINAN

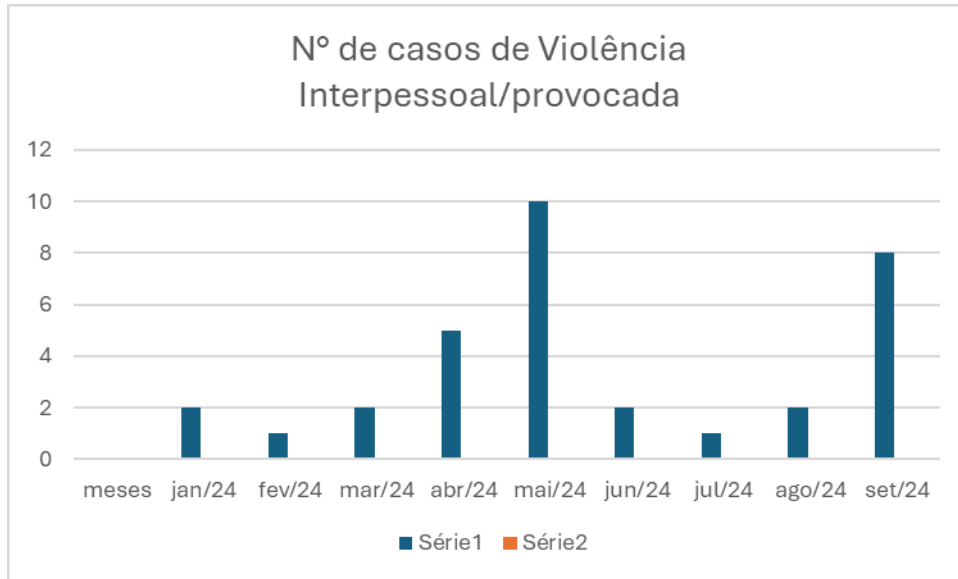
Gráfico 11. **Tuberculose**



Fonte: SINAN

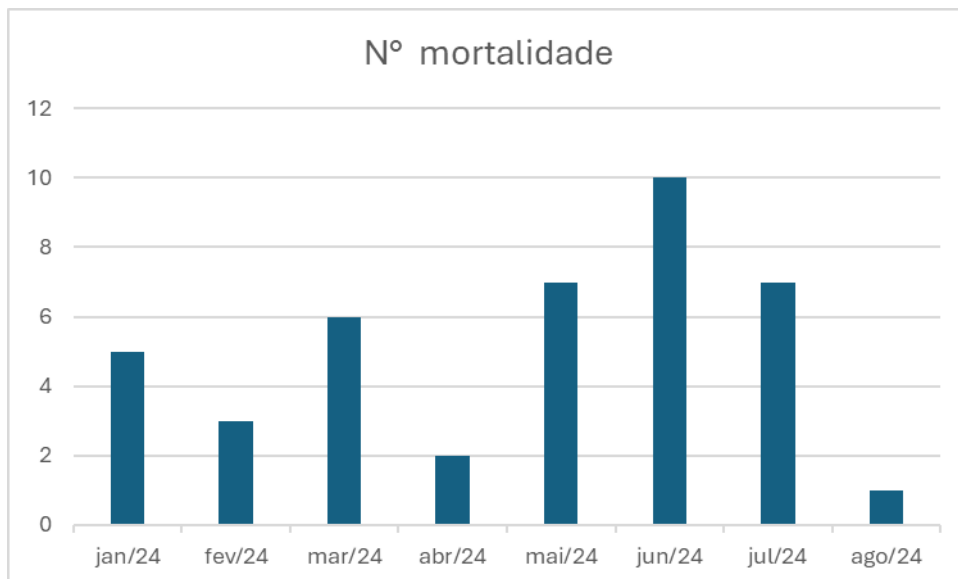
Gráfico 11. **Violência doméstica e/ou outras violências**





Fonte: SINAN

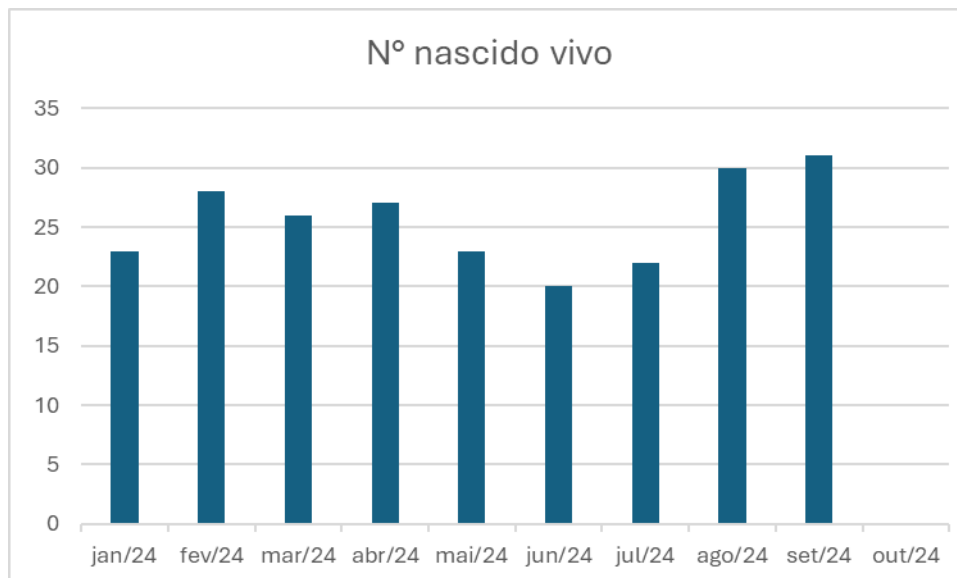
Gráfico 12. sistema de informação sobre mortalidade



Fonte: SIM

Gráfico 13. sistema de informação sobre Nascido Vivo





Fonte: SINASC

2. Informações sobre a capacidade instalada da Rede de Atenção à saúde.

O município de Nhamundá segundo o último censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) possui 20.135 habitantes e conta com 12 unidades básicas de saúde, uma unidade básica de saúde fluvial. Nos quadros abaixo temos o a descrição das unidades.

Quadro 01 – POSTOS DE SAÚDE –TIPO- 01

CNES	NOME DOS ESTABELECIMENTOS
3036588	POSTO DE SAÚDE MUNICIPAL DO COROCORO
2016532	POSTODE SAÚDE MUNICIPAL JOSE EVANGELISTA
2016788	POSTO DE SAÚDE MUNICIPAL JURUA
2016508	POSTO DE SAUDE MUNICIPAL NOSSA SENHORA DE ASSUNÇÃO
2016516	POSTO DE SAÚDE MUNICIPAL SANTISSIMA TRINDADE
2016494	POSTO DE SAÚDE MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO

FONTE: CNES.

Quadro 02 – CENTRO DE SAÚDE /UNIDADE BÁSICA –TIPO- 02

CNES	NOME DOS ESTABELECIMENTOS
2016751	POSTO DE SAÚDE MUNICIPAL SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS
2016559	POSTODE SAÚDE MUNICIPAL CUTIPANÃ
3036518	POSTO DE SAÚDE MUNICIPAL DO GUARABI
2862778	POSTO DE SAUDE MUNICIPAL DO APEUA
2862751	POSTO DE SAÚDE MUNICIPAL SANTA MARIA

FONTE: CNEC



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<https://edoc.amazonas.am.gov.br/F0CB.1465.6A6B.6A8C/4450C0F8>
 Código verificador: **F0CB.1465.6A6B.6A8C** CRC: **4450C0F8**

Quadro 3 – UNIDADE MOVEL FLUVIAL

CNES 9725733	NOME DOS ESTABELECIMENTOS UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE FLUVIAL
------------------------	---------------------------------------------------------------------

FONTE: CNES.

Quadro 4– FÁRMACIA

CNES 7499744	NOME DOS ESTABELECIMENTOS CENTRAL DE MEDICAMENTOS ELSILENE MARINHO DA SILVA
------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------

FONTE: CNES.

Quadro 5 – UNIDADE DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

CNES 7869282	NOME DOS ESTABELECIMENTOS VIGILÂNCIA EM SAÚDE DE ENDEMIAS
------------------------	---------------------------------------------------------------------

FONTE: CNES.

Quadro 6 – UNIDADE DE ATENÇÃO A SAÚDE INDIGENA

CNES 73600290 7360320 7360312	NOME DOS ESTABELECIMENTOS CASAI / CASA DE APOIO A SAÚDE INDIGENA POLO BASE KASSAWA POLO BASE RIOZINHO
-----------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

FONTE: CNES.

Quadro 7 – UNIDADE DE HOSPITAL GERAL

CNES 2016540	NOME DOS ESTABELECIMENTOS UNIDADE HOSPITALAR DE NHAMUNDA
------------------------	--------------------------------------------------------------------

2. Ações de resposta:

Descrição detalhada das ações de saúde a serem executadas, conforme ANEXO I **com os respectivos valores estimados**, nos eixos da Atenção Primária, Atenção Especializada, Vigilância em Saúde, Assistência Farmacêutica e demais ações intersetoriais, voltadas para enfrentar a situação de emergência em saúde pública no contexto local.

3. AÇÕES DE RESPOSTA DO SETOR SAÚDE

3.1. Vigilância em Saúde

A Vigilância em Saúde desempenha um papel crucial para mitigar os impactos da seca na saúde da população. A estiagem prolongada pode afetar diretamente a qualidade da água, a disponibilidade de alimentos, a proliferação de doenças, além de causar danos ao meio ambiente e agravar condições preexistentes de saúde.

1. Mo



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<https://edoc.amazonas.am.gov.br/F0CB.1465.6A6B.6A8C/4450C0F8>
Código verificador: **F0CB.1465.6A6B.6A8C** CRC: **4450C0F8**

Vigilância da potabilidade da água: Durante períodos de estiagem, a água disponível pode ficar escassa e contaminada. A Vigilância Sanitária deve intensificar o monitoramento da qualidade da água consumida pela população, realizando testes microbiológicos e fiscalização de fontes como poços artesianos e cisternas, garantindo que estejam livres de contaminação e adequadas para o consumo humano.

Distribuição de hipoclorito de sódio: Em áreas sem acesso a água tratada, a vigilância pode distribuir hipoclorito de sódio para a purificação da água e orientar a população sobre seu uso correto.

2. Controle de Doenças Transmitidas pela Água

Prevenção de surtos de doenças: Em períodos de estiagem, há maior risco de doenças transmitidas pela água contaminada, como diarreias, hepatites virais, cólera e leptospirose. A vigilância epidemiológica deve estar atenta ao aumento de casos e realizar ações de controle.

Educação sobre higiene e cuidados: Promoção de campanhas educativas para orientar a população sobre cuidados com a higiene e o consumo seguro de água, como a fervura da água ou o uso de soluções de purificação.

3. Controle de Vetores

Evitar a entrada do *Aedes aegypti* no município: Com a estiagem, muitas pessoas armazenam água em recipientes, o que pode aumentar o risco de proliferação de mosquitos transmissores de doenças como dengue, Zika e chikungunya.

4. Vigilância Ambiental em Saúde

Avaliação do impacto ambiental: Durante a estiagem, é necessário monitorar as condições ambientais, como a qualidade do ar (em função de queimadas), a redução dos níveis dos rios e a diminuição de áreas verdes, que podem causar problemas respiratórios e aumentar o risco de doenças infecciosas.

5. Vigilância Sanitária de Alimentos

Fiscalização da segurança alimentar: A estiagem pode afetar a produção e conservação de alimentos, aumentando o risco de contaminação e de doenças transmitidas por alimentos. A Vigilância Sanitária deve intensificar a fiscalização em estabelecimentos que manipulam alimentos e em locais de distribuição, como mercados e feiras.

6. Atenção à Saúde do Trabalhador

Prevenção de agravos à saúde dos trabalhadores rurais: A estiagem pode impactar diretamente a saúde dos trabalhadores que dependem da agricultura, expondo-os a altas temperaturas, desidratação e doenças respiratórias causadas pela poeira e fumaça de queimadas. A Vigilância em Saúde do Trabalhador deve promover ações educativas sobre hidratação uso de equipamentos de proteção individual (EPIs) e cuidados com a saúde no campo.

7. Ed



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<https://edoc.amazonas.am.gov.br/F0CB.1465.6A6B.6A8C/4450C0F8>
Código verificador: **F0CB.1465.6A6B.6A8C** CRC: **4450C0F8**

Campanhas de conscientização: Realização de campanhas educativas sobre o uso consciente da água, cuidados com a higiene e prevenção de doenças durante a estiagem. Essas campanhas podem envolver escolas, igrejas, associações de moradores e outros grupos comunitários.

Orientações sobre armazenamento de água: Ensinar a população sobre como armazenar água de forma segura, evitando a contaminação e a proliferação de mosquitos.

8. Prevenção de Problemas Respiratórios

Monitoramento da qualidade do ar: Durante a estiagem, o ar seco e as queimadas aumentam os casos de doenças respiratórias, como bronquite, asma e alergias. A vigilância deve monitorar as condições do ar e alertar a população sobre medidas preventivas, como o uso de máscaras e a permanência em ambientes úmidos.

9. Monitoramento Epidemiológico e Intervenção Rápida

Acompanhamento de agravos à saúde: A Vigilância Epidemiológica deve intensificar o monitoramento de doenças relacionadas à estiagem, como aumento de diarreias, doenças respiratórias e doenças transmitidas por mosquitos, para responder de forma rápida a surtos ou picos de casos.

3.2. Atenção Primária

Diante de uma emergência de saúde pública causada pela estiagem, a Atenção Primária à Saúde (APS) desempenha um papel central no enfrentamento dos impactos na saúde da população. A APS é responsável por promover cuidados básicos, preventivos e contínuos, principalmente em situações de vulnerabilidade social e sanitária, como é o caso da seca. Aqui estão as principais ações de resposta do Setor Saúde na Atenção Primária frente à estiagem no município de Nhamundá:

1. Educação em Saúde e Conscientização

Campanhas de conscientização sobre o uso racional da água: Realização de ações educativas para informar a população sobre a necessidade de economizar e armazenar água de forma adequada durante a estiagem.

A Atenção Primária à Saúde (APS) é a porta de entrada para o sistema de saúde e desempenha um papel central na promoção da saúde, prevenção de doenças e atendimento contínuo. No município de Nhamundá, as ações de respostas do setor saúde na atenção primária seguem diretrizes que envolvem diversos serviços e estratégias para garantir o cuidado integral da população.

Principais Ações de Resposta da Atenção Primária em Nhamundá:

1. Equipe de Saúde da Família (ESF)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<https://edoc.amazonas.am.gov.br/F0CB.1465.6A6B.6A8C/4450C0F8>
Código verificador: **F0CB.1465.6A6B.6A8C** CRC: **4450C0F8**

Cobertura das Equipes de Saúde da Família: Cada equipe é composta por médico, enfermeiro, técnicos de enfermagem e agentes comunitários de saúde, responsáveis pelo atendimento das famílias de uma determinada área.

2. Ações de Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças

Campanhas de vacinação: Organização de campanhas de imunização para a população, como vacinação contra gripe, febre amarela, e ações para aumentar a cobertura da vacina contra COVID-19.

3. Acompanhamento de Grupos Vulneráveis

Gestantes e puérperas: Acompanhamento do pré-natal com consultas periódicas, exames laboratoriais, ultrassonografias e orientações sobre o parto e os cuidados pós-nascimento.

4. Atenção à Saúde Mental

Atendimento psicossocial: Acompanhamento de casos de transtornos mentais e uso abusivo de álcool e drogas, oferecendo suporte psicossocial e encaminhamento para atendimento especializado quando necessário.

5. Ações de Saúde Bucal

Prevenção e tratamento: Atendimento odontológico nas unidades de saúde da família, com foco na prevenção de doenças bucais, orientações sobre higiene oral, realização de exames preventivos e tratamentos odontológicos básicos.

6. Atendimento de Urgência e Emergência Básica

Pronto atendimento em casos leves: Nas unidades de saúde da família, o atendimento de casos mais simples e menos graves é realizado, com o encaminhamento de casos complexos para unidades de maior porte.

7. Atenção a Grupos Vulneráveis

Acompanhamento de gestantes, crianças e idosos: Durante a estiagem, é importante intensificar o acompanhamento de grupos mais vulneráveis, como gestantes, crianças e idosos, que podem ser mais suscetíveis a desidratação e doenças respiratórias.

Promoção de hidratação e alimentação adequada: Educação e acompanhamento nutricional para garantir que as pessoas, principalmente crianças e idosos, estejam adequadamente hidratadas e nutridas, reduzindo o risco de doenças associadas à desidratação e à falta de nutrientes.

8. Prevenção de Problemas Respiratórios

Orientações para prevenir doenças respiratórias: Durante a estiagem, o ar seco e as queimadas podem agravar condições respiratórias como asma e bronquite. A APS deve orientar a população sobre o uso de umidificadores caseiros, aumento da ingestão de líquidos e cuidados com a limpeza dos ambientes domésticos.

9. Vis



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<https://edoc.amazonas.am.gov.br/F0CB.1465.6A6B.6A8C/4450C0F8>
Código verificador: **F0CB.1465.6A6B.6A8C** CRC: **4450C0F8**

Atendimento domiciliar a famílias em áreas rurais: A APS, por meio dos agentes comunitários, realiza visitas domiciliares em áreas rurais e de difícil acesso, avaliando as condições de saúde da população, promovendo educação em saúde e identificando famílias em situação de maior vulnerabilidade.

10. Vacinação e Ações Preventivas

Campanhas de vacinação: Em situações de emergência, é fundamental manter a cobertura vacinal da população em dia, prevenindo surtos de doenças transmissíveis, especialmente as relacionadas ao contato com água e más condições sanitárias.

11. Atenção Psicossocial

Suporte emocional: A estiagem pode causar estresse e problemas de saúde mental na população, especialmente nas famílias que dependem da agricultura. A APS pode atuar oferecendo suporte psicológico, promovendo grupos de apoio e encaminhando para atendimento especializado nos casos mais graves.

12. Telemedicina e Monitoramento à Distância

Consultas remotas: Onde o deslocamento até as unidades de saúde é difícil, a telemedicina pode ser utilizada para acompanhamento de pacientes, orientações preventivas e monitoramento de doenças, evitando que a população mais vulnerável fique desassistida.

13. Distribuição de Insumos e Medicamentos

Garantia de acesso a medicamentos essenciais: Durante a estiagem, é importante assegurar que medicamentos básicos, como os utilizados para doenças crônicas e os voltados para o tratamento de doenças associadas à seca, estejam disponíveis nas unidades de saúde.

3.3. Atenção Especializada

A atenção especializada no município de Nhamundá envolve serviços de saúde de maior complexidade, geralmente organizados em nível secundário de atendimento. Enquanto a Atenção Primária foca na prevenção e cuidado contínuo, a Atenção Especializada se refere a tratamentos e diagnósticos mais complexos, que exigem maior qualificação e tecnologia. Aqui estão algumas possíveis ações de resposta do setor saúde na atenção especializada de Nhamundá:

1. Atendimento a Pacientes com Doenças Respiratórias

Fortalecimento do atendimento em pneumologia: A estiagem e as queimadas podem agravar doenças respiratórias, como asma, bronquite e doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC). A Atenção Especializada deve reforçar a capacidade de atendimento em pneumologia, garantindo tratamento adequado e o fornecimento de medicamentos inalatórios e oxigenoterapia, quando necessário.

2. Suporte a Pacientes com Doenças Crônicas

Monitoramento e manejo intensivo de doenças crônicas: Pacientes com doenças crônicas, como diabete



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://edoc.amazonas.am.gov.br/F0CB.1465.6A6B.6A8C/4450C0F8>, devido à
Código verificador: **F0CB.1465.6A6B.6A8C** CRC: **4450C0F8**

desidratação e ao estresse ambiental. A Atenção Especializada deve intensificar o monitoramento desses pacientes, ajustando medicações conforme necessário e oferecendo suporte nutricional e hídrico.

3. Aprimoramento do Atendimento em Unidades de Emergência

Reforço da capacidade de resposta em emergências: O aumento de casos de doenças respiratórias, desidratação e outras complicações da estiagem exige o fortalecimento das unidades de urgência e emergência. Deve-se garantir a oferta adequada de leitos, profissionais de saúde, insumos e medicamentos para atender a demanda crescente.

Estabelecimento de protocolos de atendimento rápido: Implementar e reforçar protocolos de atendimento para casos de desidratação grave, doenças respiratórias e infecções gastrointestinais, garantindo que os pacientes sejam triados e tratados rapidamente.

4. Ampliação de Leitos Hospitalares

Abertura de leitos adicionais: Com o aumento da demanda por internações decorrentes de complicações da estiagem, como infecções respiratórias graves e insuficiência renal, pode ser necessário ampliar a capacidade de internação nos hospitais, incluindo leitos clínicos e de UTI. Bem como manter parcerias com hospital de Itacoatiara, para garantir que pacientes graves sejam transferidos para unidade com maior capacidade de atendimento especializado.

5. Atendimento a Complicações Gastrointestinais e Hidratação

Tratamento de infecções gastrointestinais: A estiagem pode comprometer a qualidade da água, aumentando os casos de doenças gastrointestinais. A Atenção Especializada deve estar preparada para tratar desidratação grave e complicações decorrentes de diarreias e vômitos, especialmente em crianças e idosos.

3.4. Ações Intersetoriais

Trabalho em conjunto com outros setores: a estiagem afeta diversas áreas, como agricultura, educação e meio ambiente. A Vigilância em Saúde deve trabalhar em conjunto com outros setores do governo local e estadual para mitigar os impactos da seca na saúde pública, promovendo ações integradas de resposta.

Parcerias com Defesa Civil e assistência social: Coordenação com a Defesa Civil para identificar áreas mais afetadas e distribuir recursos como água potável e alimentos, além de articulação com a assistência social para apoiar famílias vulneráveis.



3. O signatário deste plano deverá indicar o canal de publicização semanal, da evolução da situação de saúde, em atendimento do art. 8º F da Portaria GM/MS nº 3.160, de 09 de fevereiro de 2024.

4. Unidade responsável e Gestor

Órgão responsável pela implementação do Plano de Ação de Enfrentamento à Emergência em Saúde Pública:

PREFEIRURA MUNICIPAL DE NHAMUNDA

Nhamunda-AM, 30 de setembro de 2024.



Raí Marina B. Pandolfo
CPF 653 763 582-91
Prefeita M. de Nhamundá

RAIMUNDA MARINA BRITO PANDOLFO
CPF Nº 653.763.582-91
Prefeita Municipal de Nhamundá



Alcineia Fontes Netto

Alcineia Fontes Netto
SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE DE NHAMUNDÁ
PORT. Nº 170/2021 - GPMN



4.1 Eixo da Atenção Primária em Saúde

AÇÕES	VALOR
Ações de educação em saúde, promoção, prevenção e cuidado.	R\$ 100.000,00
Contratação de Recursos Humanos	R\$ 500.000,00
Alimentação	R\$ 800.000,00
Aquisição de equipamento para implantação de Telessaúde e telemedicina.	R\$ 50.00,00
Aluguel de veículos (terrestre e fluvial)	R\$ 150.00,00
Combustíveis e gás (Bio diesel s10, gasolina, diesel, óleo 2T, óleo 15w40)	R\$ 500.000,00
TOTAL	R\$ 2.100.000,00

4.2 Eixo Atenção Especializada

AÇÕES	VALOR
Alimentação	R\$ 800.000,00
Aquisição de equipamentos e insumos laboratoriais.	R\$ 1.200.000,00
Locação de embarcação tipo lancha para remoção pacientes do interior para sede do município.	R\$ 200.000,00



Combustível	R\$ 500.000,00
Total	R\$ 2.700.000,00

4.3 – Vigilância em Saúde.

AÇÕES	VALOR
Vigilância e controle de doenças transmissíveis e não transmissíveis bem como acompanhamento de surtos de doenças de transmissão hídrica e alimentar e aumento de outros agravos em saúde.	R\$ 100.000,00
Alimentação	R\$ 200.000,00
Contratação de Recursos humanos	R\$ 100.000,00
Mapeamento de risco com base na identificação das áreas de risco, avaliação de vulnerabilidades, planejamento de mitigação e monitoramento contínuo.	R\$ 50.000,00
Deteção de surtos e epidemias, monitoramento e notificação de morbimortalidade e ações de Imunização.	R\$ 200.000,00
Locação de lancha rápida para deslocamento da equipe técnica as comunidades ribeirinhas	R\$ 100.000,00
Combustível	R\$ 300.000,00
Total	R\$ 1.050.000,00



4.4 - Eixo Assistência Farmacêutica.

AÇÕES	VALOR
Aquisição de medicamentos básicos	R\$ 2.300.000,00
Aquisição de insumos químico cirúrgicos	R\$ 1.600.000,00
Logísticas para retirada de hipoclorito de sódio 2,5 % (Manaus – AM /Nhamundá – AM)	R\$ 50.000,00
Total	R\$ 3.950.000,00

